

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, AÇÃO EDUCATIVA EM MUSEU E ENSINO-APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA

PATRIMONIAL EDUCATION, EDUCATIONAL ACTIVITIES IN MUSEUM AND TEACHING AND LEARNING IN HISTORY

Crislane Barbosa de Azevedo¹

AZEVEDO, C. B. Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história. **Akrópolis** Umuarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.

RESUMO: Em decorrência de revisionismo teórico-metodológico nas Ciências Humanas, da necessidade de reconhecimento e valorização de diferentes matrizes culturais formadoras da sociedade brasileira, entre outros aspectos do tempo presente, mostra-se relevante a realização de ações promotoras de uma educação patrimonial. Assim, com base em investigação bibliográfica, este trabalho discute conceitos como história, memória, patrimônio e educação patrimonial e propõe formas de utilização de museus como espaços de ensino-aprendizagem em História. Além disso, sugere possibilidades de trabalho, tendo em vista uma educação patrimonial materializada com o trabalho em parceria entre escola e museu, para que se possa estimular, nos alunos, o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma identidade nacional plural.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Educação patrimonial; Museu.

ABSTRACT: In consequence of theoretical and methodological revisionism in the humanities, from the need for recognition and appreciation of different cultural matrices comprise Brazilian society, among other aspects of the present time, seems relevant to carry out actions that promote a heritage education. Thus, based on research literature, this paper discusses concepts such as history, memory, heritage and heritage education and it proposes ways to use museums as places of teaching and learning in History. It also discusses and proposes possibilities of working towards a heritage education materialized with the partnership working between school and museum, so we can stimulate in students the sense of preserving the collective social memory, as a prerequisite to the construction of an identity national plural.

KEYWORDS: Teaching of History; Patrimonial education; Museum.

¹Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: crislaneazevedo@yahoo.com.br

Recebido em julho/2010
Aceito em setembro/2010

INTRODUÇÃO

As mudanças teórico-metodológicas nas ciências humanas e o compromisso da educação escolar com o tempo presente, entre outros aspectos levam à necessidade de planejamento de ações promotoras de uma educação patrimonial. Nesta busca é que este artigo discute, primeiramente, conceitos como História, memória, patrimônio e educação patrimonial e, em seguida, reflete acerca de ações educativas em museu, tendo em vista a promoção de uma educação patrimonial, para que se possa estimular, nos alunos, a aprendizagem de conhecimentos históricos e o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma identidade nacional plural. Ao considerar a continuidade e permanência dos processos educativos, é preciso reconhecer que as aprendizagens dos indivíduos não se reduzem às oferecidas na escola. Esta, no entanto, é uma instituição que faz parte do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, é alimentada por diversos patrimônios culturais, podendo assim desenvolver diálogos com outras instituições como aquelas voltadas para um processo educativo não formal, os museus. Dessa forma, este artigo discute também a relação entre museu e escola.

Por muito tempo, o público mais frequente dos museus constituiu-se por pessoas de elevado nível de escolaridade e de alto padrão financeiro. Por cerca de dois séculos esse quadro manteve-se. Contudo, em decorrência de melhorias nas condições de vida e ampliação do acesso à escolarização, o número de estudantes e de membros de classes médias aumentou, passando a integrar o cotidiano dos museus.

Em relação a outros segmentos da sociedade, no entanto, o que se observa ainda é um distanciamento em relação a tais instituições culturais. Há quem não se sinta representado pelos museus, acreditando que tais estabelecimentos não têm acréscimos a fazer em seu cotidiano. Para parte da população brasileira, mesmo aspectos e discussões relativas ao patrimônio são considerados culturalmente distantes de suas complexas e diferentes vidas. Mas, de modo geral, as concepções acerca do papel dos museus têm sido modificadas. Antes considerados apenas como simples depósitos de velhos materiais, hoje são tidos como locais de aprendizagem e mesmo divertimento.

Atenção aos conceitos

Os conceitos de história e de memória merecem considerações, partindo de observações teóricas indispensáveis quando se discute aspectos relativos ao ensino escolar. A discussão acerca do que é história aponta para uma reflexão que exige flexibilidade, visto que o questionamento não é novo e cada corrente de pensamento procura dar a sua resposta a ela. Assim, é que fica evidente a inexistência de uma única definição do que seja a história, o que torna importante que o professor tenha a sua própria definição clara e a partir dela planeje a sua prática. Como não existe apenas uma definição e a intenção aqui é de estabelecer linhas gerais e esclarecimentos para a discussão sobre história e educação patrimonial, seguem, nesse momento, considerações sobre o conceito de história.

Desde os iluministas, com a visão da história como progresso da humanidade, passando pelos positivistas, que viam a história como a tradução objetiva da verdade, do fato, até a Nova História, que prefere não oferecer uma explicação única para a questão, todo historiador defronta-se com o problema inicial de definir o estatuto epistemológico da sua área de conhecimento. Essa questão passa, muitas vezes, pela definição ou não da história como ciência, o que oferece dificuldades, pois a própria definição de ciência está em constante transformação desde o século XIX.

Nesse debate, existem aqueles, como Cardoso (1992), que defendem a cientificidade da história. Segundo esse autor, os principais argumentos contra essa cientificidade vêm da crença de que a história ocupa-se com acontecimentos únicos, que não são passíveis de leis, ao contrário da ciência. Mas para Cardoso, desde o materialismo histórico e os *Annales*, a história deixou de estar voltada para fatos singulares e passou a abranger estruturas globais sujeitas a regularidades, como a vida econômica e as estruturas sociais e culturais.

É possível afirmar que a função da história consiste em fornecer explicações para as sociedades, sobre suas origens e as transformações pelas quais a humanidade passa. Tais explicações, por mais diferentes e até mesmo contraditórias que sejam, são feitas sempre sobre uma base comum - o tempo, a temporalidade. Essa definição está atrelada ao pensamento de Marc Bloch (2001), para quem a história é a

ciência dos homens no tempo. E se tal definição de Bloch não é consenso, já que há quem discorde da cientificidade da história, ela tem o mérito de incluir o tempo, elemento indispensável a qualquer definição de história.

A concepção de história de Bloch (2001) é uma das mais influentes no século XX. Valorizador da interdisciplinaridade, da aproximação da história com outras ciências humanas, defendia que a história não era uma ciência qualquer, pois tratava de narração e descrição, enquanto a maioria das ciências tratava de classificação e análise. Mas, isso não o impediu de defender a validade científica da história e de defini-la como a ciência do homem no tempo, tendo a *verdade* como um dos seus princípios fundamentais, algo que o historiador deveria sempre procurar identificar, sem meios-terminos.

A visão do materialista histórico Eric Hobsbawm (1998) também contribuiu para a discussão. Em um momento em que as tendências da história aproximam-se bastante da Linguística e da Teoria Literária, por exemplo, a importância de Hobsbawm no cenário historiográfico mundial demonstra o alcance de sua visão por meio da qual a história tem sentido e função política. Para ele, o passado e a história podem e são usados para legitimar ações do presente, nacionalidades, etnias, ações políticas de diferentes cunhos etc. e, nesse caso, o historiador não pode se furtar a criticar seus maus usos. Para isso, é fundamental a percepção da diferença entre fato e ficção.

Em síntese, o próprio conceito de história é histórico, modificado ao longo do tempo, motivo pelo qual precisa ser constantemente revisto. Dessa forma, pode-se dizer que para a pergunta "O que é história?" não existe uma resposta pura ou simples, e muitos são os historiadores que têm contribuições a dar. É importante que todos os professores também procurem responder a essa pergunta. Talvez na confluência entre Bloch, sobre o fato de que a história situa a humanidade no tempo, dando referências às ações dos indivíduos, e Hobsbawm, que defende o papel político do historiador, pode-se entender que o professor de História tem papel político dos mais importantes na sociedade, papel ao qual não pode se furtar: o de formador de consciências.

No que diz respeito ao conceito de história, é importante ainda que o professor tenha clara a sua definição para melhor orientar os resultados do seu trabalho, pois, se por um lado,

é certo que uma aula pode ser ultrapassada e mesmo até autoritária ainda que possua os mais modernos recursos didáticos; por outro lado, a aula pode ser inovadora e até transformadora quando o professor dispõe somente de giz e lousa. O que é definidor é a concepção de história possuída pelo professor e que guiará seu trabalho. Assim, o primeiro passo para a capacitação e a renovação do profissional de história é a definição por ele de sua concepção de história enquanto área de conhecimento e disciplina escolar. É importante ter-se em mente que todo o professor tem por trás da sua prática, alguma corrente ou pressupostos de correntes teóricas, mesmo que ele não perceba. É importante que o docente tenha consciência disso, porque sabendo a partir de que pressupostos a suas práticas se embasam, ficará mais fácil de perceber os limites e as possibilidades de melhoria do seu trabalho.

Acerca da memória, hoje é comum, bonito e mesmo interessante falar em memória, seu resgate e valorização. Diferentes grupos sociais e agremiações políticas remetem-se, constantemente, ao assunto para justificar determinadas práticas. A memória é muitas vezes utilizada como instrumento de luta e afirmação de identidades étnicas e culturais. De acordo com Le Goff (2003, p. 419) ela é a propriedade de conservar certas informações e que nos remete a um conjunto de funções psíquicas, a partir das quais os indivíduos podem atualizar impressões ou informações passadas ou representadas como passadas. A memória, ainda segundo este autor, "é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia" (Idem, p. 469).

A memória, portanto, não se confunde com a história. Os processos de atualização de informações das recordações humanas fazem com que a memória seja sempre uma memória contemporânea. O historiador precisa estar atento aos processos de memorização e às novas leituras dos próprios sujeitos acerca dos eventos da sua vida passada, tendo em vista a busca pela sistematização das informações com base nas atividades de crítica documental. Portanto, para trabalhar de forma sistematizada e adequadamente de acordo com a Educação Básica, a memória encontra possibilidade mais concreta de ser estudada quando por meio do

patrimônio. Para tanto, é importante elucidarmos dois conceitos: patrimônio histórico e patrimônio cultural.

Domínio conceitual é um dos ingredientes-chaves para qualquer profissional qualificado. Cada profissão possui um elenco de conceitos próprios e que distingue o seu profissional de um outro. O profissional da educação escolar seja por meio da História, da Filosofia, da Geografia ou outra área precisa estar atento, inclusive, aos revisionismos que ocorrem nas pesquisas de suas áreas de atuação e na, por vezes, conseqüente alteração conceitual. É o caso, por exemplo, da mudança relativa ao conceito de patrimônio.

O avanço teórico-metodológico das ciências sociais levou a expressão “patrimônio histórico e artístico” a ser substituída por “patrimônio cultural”. Mas o que vem a ser uma e outra expressão? Patrimônio histórico era entendido como bem imóvel, edificado e arquitetônico. Oriá (In: BITTENCOURT, 1998) lembra que sua política de preservação pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN², desde 1937, deixou um saldo de bens imóveis tombados, referentes aos setores dominantes da sociedade, ou seja, foram preservadas igrejas barrocas, fortes militares, casas-grandes e sobrados coloniais, esquecendo-se, no entanto, senzalas, quilombos, vilas operárias e cortiços, por exemplo.

Discussões sobre mudanças no conceito de patrimônio começaram a ocorrer a partir dos anos de 1950, momento de revisionismos nas ciências sociais. Tais discussões foram aceleradas a partir das décadas de 1970 e 1980 com a luta preservacionista que tomava conta do país que lentamente se redemocratizava. Fruto das reivindicações do período veio a ocorrer, por exemplo, o tombamento da Serra da Barriga (Palmares). Passava-se, portanto, a uma ampliação do raio de alcance do que se considerava patrimônio, entendido sob novas bases, materializadas em uma nova expressão: patrimônio cultural. Este, atualmente, é considerado sob três aspectos:

referência a elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e um terceiro aspecto, considerado o mais importante, pelo fato de reunir os bens culturais propriamente ditos, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos, obras e construções obtidas a partir do próprio meio ambiente e do saber-fazer humano (In: BITTENCOURT, 1998).

A definição atual de patrimônio cultural teve origem oficial em documento elaborado pela *Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*, realizada em 1972 e promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Durante a *Convenção* a UNESCO elaborou uma lista dos Patrimônios da Humanidade, cujo objetivo era chamar a atenção mundial e identificar as propriedades de valor cultural e natural universais. Dessa forma, conclui-se que os bens patrimoniais são aqueles que possuem um significado para o homem, podendo tais bens ter base no campo artístico ou científico, mas também na natureza, por exemplo. “O patrimônio cultural de uma dada sociedade é formado por um tripé indissociável em que se contemplam as seguintes dimensões: a dimensão natural ou ecológica, a dimensão histórico-artística e a dimensão documental” (BITTENCOURT, 1998, p. 133).

A partir desses esclarecimentos conceituais torna-se, inclusive, possível a compreensão de certas manifestações indesejáveis, porque desrespeitosas para com bens do patrimônio e não no que se refere apenas a pichações e depredações de Igrejas barrocas ou casarios coloniais, mas a destruição de bens que estão mais próximos, especialmente, do público escolar brasileiro, como o prédio da escola, por exemplo. Vários, certamente, são os motivos para que isso ocorra, mas também pode ser que o problema da falta de cuidados e mesmo depredação seja fruto da não vinculação de determinados bens ao conceito de patrimônio, como foi entendido a partir do conceito de patrimônio histórico e não de patrimônio cultural com o seu signifi-

²Em decorrência de diversas mudanças administrativas fruto de determinações governamentais, o SPHAN teve alterada a sua denominação bem como sua estrutura de funcionamento. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN de 1936 passou a denominar-se de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN em 1946. Em 1970 sofreu nova mudança, desta vez para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. No ano de 1979 passou a se chamar Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Em 1985, ano de criação do Ministério da Cultura – MINC, a SPHAN foi integrada ao Pró-Memória. No ano de 1990, a SPHAN/Pró-Memória foi transformada no Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, vinculado diretamente à Secretaria da Presidência da República, voltando os trabalhos a fazerem parte do MINC em 1992. A última alteração ocorreu em 1994 quando os trabalhos concernentes ao patrimônio no país voltaram a fazer parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

cado largo. Oriá (BITTENCOURT, 1998) lembra bem disso ao afirmar que, durante muito tempo, consagrou-se como obra de arte apenas o que vinha da cultura do poder constituído, o que serve para explicar, em grande parte, as constantes violações ao patrimônio histórico por parte da população, que ao não se identificar com determinado bem, não se sente co-responsável pela sua preservação.

Para que ocorra uma mudança de postura e para que os alunos percebam que seus bens materiais ou imateriais são também patrimônios culturais e têm, igualmente, a sua importância na construção da identidade do país assim como as Igrejas barrocas e outras edificações antigas, torna-se necessário além de domínio conceitual, o conhecimento e a sensibilidade do professor para perceber os seus alunos e o que está em torno destes para que assim possa ressaltar sua cultura e valorizar a sua memória. A garantia do direito de ter seus bens considerados como parte do patrimônio cultural do país foi materializada por meio da legislação.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 temos alguns exemplos. O Estado deve proteger as manifestações culturais das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e outros (Art. 215), a exemplo da educação bilíngüe e da educação diferenciada para os indígenas (Art. 210). É ordenamento jurídico também o reconhecimento de áreas remanescentes de quilombos com tombamento de documentos e sítios (Art. 216). O Art. 216 na sua seção II informa que o patrimônio cultural brasileiro constitui-se de “bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”. Nesse sentido de respeito à diversidade, as políticas públicas para a educação no âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998) apresentam como um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio cultural do país e, nesse sentido, afirma que alunos e professores devem contraporem-se a quaisquer formas de discriminação baseada em diferenças culturais.

Para além da responsabilidade do poder instituído, ao se falar em patrimônio e cidadania, deve-se ter em mente o direito à memória, mas também claro o dever de contribuir para a manutenção do rico acervo cultural do país e é, por

isso, que a questão deve ser tratada como alvo de estudo no processo ensino-aprendizagem.

Hoje, alguns historiadores e profissionais que lidam com a dimensão da memória propõem, no âmbito de suas instituições culturais, a elaboração de programas de educação patrimonial. Esta nada mais é do que a educação voltada para questões relativas ao patrimônio cultural em todas as suas dimensões: a natural ou ecológica, a histórico-artística e a documental. Trabalhar com educação patrimonial significa encarar o desafio de buscar despertar nos alunos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

A partir da atenção à educação patrimonial torna-se importante, imediatamente, a discussão acerca de questões relativas à educação ambiental. A maioria dos programas de educação ambiental não toca na dimensão cultural do meio ambiente e a educação patrimonial vem, justamente, suprir esse vazio. A questão é como inserir essa temática no currículo escolar.

A LDB 9.394/96 suprimiu o dispositivo que falava da preservação do patrimônio cultural nacional e regional, mas enfatizou, no Art. 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura o que abre espaço para atividades voltadas para a história local e assim para o tratamento de questões do patrimônio do aluno.

No que se refere, especificamente, ao professor de História, é importante salientar a atuação deste na tarefa de “ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado” (BITTENCOURT, 2004, p. 277). Essas preocupações originam-se da necessidade de refletir sobre o que tem sido constituído como memória social, como patrimônio da sociedade e indagar se o resgate da memória de todos os setores e classes sociais se tem efetivado (Idem, p. 277).

Dentro das três dimensões que contemplam o patrimônio cultural, uma delas é a ambiental, a qual pode ser trabalhada por todos os professores que atuam na Educação Básica, mesmo aqueles para quem possa parecer estranha a relação, como é o caso da História. O tratamento de temas que relacionam história e meio ambiente remete à análise sobre as relações do homem no tempo e no espaço e hoje

mais do que nunca, posto que é fato a superação da concepção do determinismo do meio sobre a humanidade. Além disso, os historiadores, ao se aproximar das lutas e conflitos vividos no tempo presente, e sob o impacto das redefinições da história social articulada a questões políticas e culturais, passaram a rever e a reconsiderar o lugar da natureza no viver social. Isso levou, inclusive, à construção de uma nova linha de trabalho entre os historiadores, a História ambiental, inicialmente organizada nos Estados Unidos em torno da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental nos anos de 1970.

No Brasil, o interesse pelo tema é mais recente, e o mesmo se pode dizer sobre a educação ambiental. Questões relativas à História ambiental foram alvo de discussões na década de 1980, em um dos primeiros *Perspectivas do ensino de História*, evento periódico organizado pela Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH.

A História ambiental, cuja principal marca é a interdisciplinaridade, possui, um objetivo básico: investigar as relações entre os homens e o meio ambiente, em diferentes sociedades, ao longo dos séculos e a partir de uma perspectiva não determinista. Estudos relativos à História ambiental podem ser trabalhados na forma de uma educação patrimonial, já que esta se liga a dois aspectos: a cultura e a identidade. A cultura, como forma pela qual um povo expressa sua forma de ser e estar e, a identidade, por meio da qual os indivíduos se identificam em relação aos outros ou com os outros.

De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999) para o tratamento da dimensão ambiental por meio de uma educação patrimonial na Educação Básica, o professor poderá organizar suas atividades com base na seguinte sugestão de questionamentos:

Quadro 1 – Questionamentos orientadores em atividades relativas à educação patrimonial.

PRESENTE	PASSADO	INFLUÊNCIA DO PASSADO NO PRESENTE
Como é o lugar hoje?	Como era esse lugar no passado?	Que elementos do passado podemos ver hoje?
Por que esse lugar é assim hoje e como se diferencia ou se assemelha a outros lugares?	Por que este lugar era deste modo no passado? Como e por que ele se diferenciava ou se assemelhava a outros lugares no passado?	Que influência esses elementos tiveram sobre este lugar e de que modo essa influência se diferencia ou assemelha-se ao que ocorreu em outros lugares?
De que maneira esse lugar se relaciona a outros lugares?	De que maneira este lugar estava relacionado a outros lugares?	De que modo as relações existentes no passado influenciaram esse lugar e de que maneira ele se relaciona hoje com outros lugares?
Como este lugar está mudado e por quê?	Que mudanças ocorreram nesse lugar ao longo do tempo e por quê?	Como as mudanças ocorridas estão refletidas hoje nesse lugar?
Como seria viver nesse lugar, hoje?	Como seria viver nesse lugar, no passado?	Como o passado influencia o modo e a experiência de viver nesse lugar?

Cf. HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.18.

A educação patrimonial dedica-se a “levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração de novos conhecimentos, num processo contí-

nuo de criação cultural” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.6).

O uso educacional do patrimônio cultural deve ser feito com o objetivo de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais, a fim de que possam compreender e construir conceitos

e desenvolver habilidades como observar, ler, comparar, indagar, sugerir, entre outras. Esse desenvolvimento deve ocorrer a ponto de que o aluno possa utilizar seus conhecimentos na prática cotidiana, o que o levará a um processo de autonomia intelectual pela possibilidade de aquisição de condições para compreender e elaborar novos conceitos e habilidades por si próprio. Um caminho inicial e possível para que isso ocorra é aquele em que o professor levará seu aluno a interpretar os bens do patrimônio. O estudo de objetos culturais é uma das formas de leitura do mundo e de povos diferentes, próximos ou não da vivência do aluno.

Em termos de possibilidades de realização de uma ação educativa por meio do estudo do patrimônio, uma possibilidade pode ser feita após a definição do objeto e do tema a ser estudado. De acordo com o Guia de Educação Patrimonial, o planejamento de trabalho precisa conter as seguintes etapas metodológicas: observação, registro, exploração e apropriação. O Quadro, a seguir, explicita com detalhes tais fases:

Quadro 2 – Etapas de um planejamento de atividades relativas à educação patrimonial.

ETAPAS	RECURSOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive.	* Identificação do objeto / função / significado; * Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	* Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; * Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes, como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	* Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	* Envolvimento afetivo, internalização; * Desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Cf. HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.11.

De modo geral, o início de qualquer atividade voltada para o estudo do patrimônio, requer do aluno o desenvolvimento da habilidade da observação. Não se descreve ou se reconstrói algo que não se conhece, que não tenha sido ainda observado com propósito. É necessário que o

discente seja despertado para a importância da concentração sobre aquilo que se vê. Mais do que isso, é imprescindível que seja orientado para a realização de comparações, anotações e questionamentos, por exemplo, tendo em vista a compreensão da cultura material de uma deter-

minada sociedade.

Ao cumprir tais premissas, torna-se viável a realização de atividades de cunho investigativo, como pesquisas com diferentes fontes e a partir de instituições diversas. Esse processo de exploração de uma determinada cultura e de produção de saberes precisa ter seus resultados materializados pelos alunos sob a orientação do docente, em um demonstrativo de apropriação de conhecimentos. Identificar e analisar objetos, desenvolver raciocínio lógico e operacional, interpretar evidências e seus significados, participar ativamente de atividades coletivas e do seu processo de aquisição de conhecimentos, reconhecer e valorizar bens culturais consistem em finalidades de ações educativas concernentes a uma educação patrimonial. Tais atividades e finalidades ajustam-se ao processo ensino-

aprendizagem da história, pela sua dimensão informativa e metodológica.

De forma mais específica, para a análise de objetos, o professor poderá elaborar uma ficha ou roteiro de observação para despertar o olhar do aluno e que ele poderá utilizar também para atividades dentro da própria sala de aula, levando objetos ou solicitando que os alunos levem materiais e utensílios de sua própria casa para ser analisado pela turma, a qual poderá ser organizada em grupos, viabilizando, assim, trocas de informações sobre o objeto, sobre o qual, ao final da atividade, a turma deverá apresentar os resultados das descobertas. A título de sugestão, o Guia Básico de Educação Patrimonial apresenta a seguinte alternativa de roteiro de observação e análise:

Quadro 3 – Sugestão de roteiro para atividades de observação e análise de objetos.

ASPECTOS PRINCIPAIS A OBSERVAR	OUTRAS PERGUNTAS	ASPECTOS DESCOBERTOS PELA OBSERVAÇÃO	ASPECTOS A PESQUISAR
ASPECTOS FÍSICOS O que parece ser esse objeto?	Que cor tem? Que cheiro tem? Que barulho faz? De que material é feito? O material é natural ou manufaturado? O objeto está completo? Foi alterado, adaptado ou consertado? Está usado?		
CONSTRUÇÃO Como foi feito?	Onde foi feito? Foi feito à mão ou à máquina? Foi feito em uma peça única ou em partes separadas? Com uso de molde ou modelado à mão? Como foi montado? (com parafusos, pregos, encaixes)		
FUNÇÃO Para que foi feito?	Quem o fez? Para que finalidade? Como foi ou é usado? O uso inicial foi mudado?		
FORMA O objeto tem uma boa forma? É bem desenhado?	De que maneira a forma indica a função? Ele é bem adequado para o uso pretendido? O material utilizado é adequado? É decorado, ornamentado? Como é a decoração? O que a forma e a decoração indicam? Sua aparência lhe agrada?		
VALOR Quanto vale esse objeto?	Para as pessoas que o fabricaram? Para as pessoas que o usam? (ou usaram?) Para as pessoas que o guardaram? Para as pessoas que o venderam? Para você? Para um Banco? Para um Museu?		

Cf. HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p.14.

Atividades desenvolvidas tomando como exemplo o roteiro-sugestão do Quadro 3 contribuem para o indivíduo desenvolver a capacidade de observação, aguçar seus sentidos e ser estimulado a questionamentos. Para o conhecimento histórico mostra-se pertinente ao proporcionar, a quem aprende, a busca por informações relativas a autoria, procedência e materialidade das fontes. A busca por pensar em valores concernentes aos objetos possibilita também a promoção de uma leitura contextualizada.

Trabalhar com educação patrimonial significa lançar mão de um conjunto de ações metodológicas, tendo como fim a aprendizagem relativa aos bens culturais. Tais ações visam ainda à promoção de atitudes de preservação do patrimônio. Para tanto, busca-se no processo de aprendizagem a aplicação de práticas interativas com quem aprende, a fim de promover uma leitura eficaz e, portanto, uma compreensão consciente acerca dos bens patrimoniais.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Além disso, para trabalhar com questões patrimoniais o professor poderá desenvolver atividades de visitas a diversos locais, como: praças, cemitérios, associações de bairro, templos religiosos locais e mesmo o comércio da localidade. Um lugar que se pode destacar, entre estes, é o museu. Espalhados pelas cidades e atendendo a diversas temáticas, podem ser de grande valia para o professor de História atento a uma educação patrimonial.

Trabalhos bem planejados desenvolvidos para além dos muros da escola são, em geral, recompensadores ao representarem momentos oportunos para o desenvolvimento de diferentes práticas, meios de acesso a informações e vivências sociais diversas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 90) lembram que visitas a locais externos à instituição de ensino propiciam contatos diretos com documentos históricos, incentivando os estudantes à

construção de suas próprias observações, interrogações, especulações, explicações e sínteses para questões históricas.

Hoje, em um ambiente onde as características da modernidade encontram-se cada vez mais aprofundadas, levando parcela dos seres humanos a se fechar cada vez mais nas suas individualidades e, conseqüentemente, perder os laços com o coletivo, o passado também passa a sofrer, ao perder sentido. Exceto algumas coletividades que passaram a se organizar, principalmente, a partir dos anos de 1970, a falta de vinculação com o passado por parte de muitas pessoas, acarreta riscos para a sociedade atual e pode levar, inclusive, os indivíduos a depositar, indiscriminadamente, toda a confiança nos detentores do poder constituído. Esse diagnóstico crítico leva, diretamente, à identificação da necessidade de um repensar de práticas didáticas com o fito de transformá-las em momentos de construção de conhecimentos, fazendo com que, nesses momentos, possam ser vivenciadas práticas sociais, encontros com o outro, posto que é do encontro com o outro que o homem passa a se conhecer melhor. Nesse tocante, o trabalho com museus apresenta-se como uma importante possibilidade de exercício de alteridade.

História e ação educativa em museu

Uma atividade educativa extraclasse que envolva uma visita a um museu é sempre bem recebida pelos alunos, mas, Bittencourt (2004) lembra que para aqueles que participam dessa experiência fica, geralmente, a pergunta sobre o que, efetivamente, pode-se aprender nessas visitas? Que conhecimentos podem ser obtidos do contato com objetos, por vezes, distante do público visitante, no tempo e mesmo no espaço? Refletir sobre tais aspectos leva a pensar sobre os objetos culturais bem como na relação entre museu e história.

A guarda de objetos atravessou sociedades e épocas. O homem sempre colecionou objetos e os significados para isso foram os mais diversos. Mas foi mesmo no século XVIII que nasceram museus com objetivos de educar um povo em determinado assunto. Nesse período, com um estímulo ao conhecimento de uma história nacional, surgiam sociedades de pesquisa, governamentais ou particulares, assim como, arquivos e museus com o objetivo de guardar a

história da nação. Nesse contexto, foram construídos museus com o fim de educar o cidadão, um exemplo disso, conforme Suano (1986, p. 28), foi o Museu do Louvre “aberto em 1793 e disponível ao público, indiscriminadamente, três dias em cada dez, com o fim de educar a nação francesa nos valores clássicos da Grécia e de Roma e naquilo que representava sua herança contemporânea [...]”.

Grande parte dos museus existentes hoje data do século XIX, muitos construídos em nome de uma nova história nacional, principalmente, nos países que fizeram sua independência política no período. Exemplos no Brasil são: a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1815) e o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), fundados por D. João VI. Com a proclamação da República, o Museu foi transferido para a Quinta da Boa Vista e hoje é ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O entrelaçamento entre museu e conhecimento histórico é, assim, uma evidência. A preocupação com o conhecimento e a preservação de memórias, identidades e saberes está na base da relação entre história e museologia. Tal relação pode ser encontrada também no percurso de constituição de ambas as áreas de conhecimento. A história científica, constituída sob inspiração positivista no século XIX, tinha seus estudos voltados para as narrativas de grandes feitos, por sua vez orientados por grandes homens considerados heróis construtores da nação. Tais estudos responsáveis pela produção de um conhecimento-verdade tomavam por base documentos escritos e oficiais, provenientes, portanto, de um reduzido extrato social. Os museus, por sua vez constituíram-se, inicialmente, com objetos oriundos das classes dominantes da sociedade. Os acervos caracterizavam-se por mostrar ao público geral, materiais diferentes daqueles do cotidiano comum. No período, século XIX, tais instituições assim:

se configuram como imensas coleções de peças exóticas, curiosas e diferentes, reunidas a partir de um movimento que não pode ser dissociado da dominação. Os objetos são deslocados de seus usos e sentidos originais, mostrados a partir de um saber (de uma ciência) que pretende restaurar ou até mesmo instaurar outros significados. (LARA, 1991, p. 101).

À preservação de uma memória consi-

derada oficial, aspecto que segue como marca dos museus até início do século XX, pode ser associada a monumentalidade dos edifícios dessas casas de memórias. A grandiosidade dos prédios era elemento indicativo da valorização dos grandes feitos e da preservação da memória dos personagens ilustres da história nacional, em geral, chefes políticos ou militares.

A partir do movimento dos *Annales* no início do século XX, com a introdução de novos objetos, temas, problemas e abordagens, abriu-se espaço para a investigação de novos atores e eventos. Mudanças conceituais em torno do “documento” também contribuíram para abrir caminho para a pesquisa acerca dos homens comuns e assim para uma mais consistente compreensão da sociedade. No período de revisionismo na história com ampliação de suas fronteiras teórico-metodológicas, ao longo do século XX, ocorreram mudanças também no campo da museologia. Os museus passaram a ser reorganizados. As consequências são evidenciadas tanto na diversidade dos tipos de organização e montagem das coleções que deixam de ser consideradas em si mesmas, quanto na relação estabelecida com a comunidade que passa a tomar por base a interação. Em outras palavras, a partir de meados do século XX, a postura organizacional encontrada nos museus passou por mudanças e tais instituições passaram a ser também espaços de construção de conhecimento voltado para o trabalho com a memória histórica.

Na primeira metade do século XX, os museus passaram por processos de reconfiguração em decorrência de aspectos educativos e científicos. Do ponto de vista científico, a especialização de áreas do conhecimento foi responsável pelo deslocamento da função da pesquisa nos museus para novos centros de estudo e investigação. Em termos educativos, foi acentuado seu papel pedagógico de cooperação junto ao ensino formal. Aspecto que tornou necessária a atenção para mudanças nas práticas dos museus. A vida destes é alimentada pelas relações que mantêm com a sociedade. A função dos museus deve ser, por isso, de comunicação. Hoje, os frutos desse intercâmbio mostram-se mais consistentes, uma vez que novos estudos de museologia nascem da defesa de se contextualizar os objetos, diferente do que ocorria em grande parte no século XIX.

Os museus são hoje compreendidos como espaços dinâmicos onde são possíveis

leituras contextualizadas do processo histórico, uma vez que se voltam para a complexidade do social-histórico. Dessa maneira, com base em uma nova museologia é necessário repensar o conceito de museu no sentido de ampliar as possibilidades de aprendizagem no espaço museal. Torna-se relevante flexibilizar as possibilidades de interpretação do público acerca do que se apresenta nas exposições. Atividades interativas motivam os visitantes e contribuem para a aprendizagem destes ao permitir espaço para o pensamento crítico, criativo e plural. Dessa forma, os profissionais que atuam em museus ao dedicarem atenção ao valor dos objetos, ao discurso museológico, à importância do público e ao desenvolvimento do seu pensamento não possibilitarão espaço para a espetacularização das exposições, em alguns momentos, responsáveis pela pasteurização da organização das coleções. Para tanto, é importante a busca de novas técnicas museográficas e de exposição em diálogo com as ciências da informação e comunicação.

A concepção de museu como uma instituição estática e anti-didática e voltada para a guarda de objetos singulares e, em geral, distante do grande público passa a ser revista. A busca é pela demonstração do museu como laboratório de vivências e aprendizagens onde os objetos são considerados mediadores entre público e saberes e não “coisas” em si mesmas. Não se concebe mais o museu como uma instituição de referência de apenas uma determinada parcela da sociedade ou centro de estudos acessível apenas a especialistas.

O desenvolvimento de pesquisas e a divulgação de seus resultados, a promoção de discussões, inclusive, com a participação da sociedade tornam-se funções dos museus na atualidade. Produção e difusão de conhecimentos e interação com a comunidade onde está instalado o museu tornam-se elementos primordiais para a manutenção dos museus na sociedade da informação. Nesse sentido, a equipe do museu, especialmente os membros dos setores responsáveis pelas ações de comunicação, precisam ter claras as implicações das formas como vem pondo em prática seus discursos museológicos.

É ainda importante lembrar da necessidade de promoção de experiências para o público visitante. Este precisa tornar-se referência para os organizadores do museu assim como o são as suas coleções.

Fatores como o revisionismo nas ciências sociais, mudanças políticas na sociedade e na produção historiográfica, a ampliação das discussões acerca da preservação da memória e da valorização do patrimônio cultural são responsáveis por uma ampliação dos tipos de museus bem como de práticas museológicas e processo de musealização. Exemplo desses novos processos é a execução de ações museológicas realizadas fora do museu, em escolas, centros de compras, rede mundial de computadores etc. Além dos tradicionais museus históricos, é possível citar museus de ciência, de arte, de tecnologia, de pessoas comuns³ etc., ou seja, museus relativos a diferentes objetos referentes a diversos tipos de memória.

Fruto de políticas culturais responsáveis pela exclusão dos cidadãos dos processos de preservação de seu próprio patrimônio, no Brasil, apesar de mudanças, evidencia-se, ainda, um distanciamento entre museus e as pessoas de modo geral. Um caminho eficaz para a reversão de tal quadro tem sido a aproximação entre museus e escolas de Educação Básica.

No entanto, sendo a criança e o adolescente sujeitos em um momento especial de formação, o professor desempenhará o papel de mediador entre estes e os bens culturais dispostos em seu entorno. Assim, se o docente considerar o museu um espaço de guarda de coisas mortas, quinquilharias, difícil será para o aluno re-significar tal concepção para algo mais produtivo. Ver no contato com um museu um momento de interação, descoberta, de vida e criação, de história e de ciência, talvez possa levar ao aluno novas possibilidades de leitura do mundo e porque não, de produção de conhecimento.

Nas últimas décadas, os museus abriram-se para o público em atividades escolares. Contudo, no Brasil, a relação entre escola e museu apresenta fragilidades e mesmo confusão. Conceitos e práticas educativos devem permeiar as atividades dos museus, sem, no entanto,

³O Museu da Pessoa, desde o início das suas atividades, teve como objetivo a construção de uma rede internacional de histórias de vida capaz de contribuir para a mudança social. O alvo principal era a criação de um novo espaço (digital, virtual) onde cada pessoa pudesse ter a oportunidade de preservar sua história de vida e de tornar-se uma das múltiplas vozes da memória social do país. O Museu da Pessoa é hoje formado por quatro núcleos (Brasil, Canadá, Estados Unidos e Portugal). Eles são autônomos, auto-sustentáveis e ligados por uma metodologia e objetivos comuns. Ver: <http://www.museudapessoa.net>

confundir suas ações específicas com as experiências peculiares ao ensino formal. A educação ocorrida no museu com o público escolar não deve ser, simplesmente, medida pela quantidade de assinaturas no livro de visita da instituição ou pela quantidade de transportes escolares estacionados em sua porta. A educação em museu consiste em um processo de formação integral com o patrimônio, o que exige da instituição clareza na definição de suas ações com os diferentes públicos. Tal processo precisa ser pensado e revisto coletiva e constantemente tendo em vista a necessidade de extrapolar os limites da velha atividade de monitoria e não mais confundir processo de formação com visitação.

Experiências de visitas orientadas tornaram-se reveladoras de processos de mediação limitadores usados na condução do público em muitas instituições. Muitas ainda se restringem a guiar seus visitantes por meio de roteiros fixos direcionando seus olhares apenas às obras sobre as quais os monitores foram instruídos a memorizar determinada quantidade de informações. Isso contribui para transformar o processo de apropriação de conhecimento em momento de memorização de informações estanques. Atividades de animação didático-cultural, para além das visitas, como jogos superficiais e breves dramatizações, também são desenvolvidas por museus. Estas não podem, contudo, limitar-se à função de simples sedução do público, uma vez que só divertirão sem despertar e desenvolver a percepção e o entendimento das coleções. Memorizar características dos objetos e alguns fatos a eles relacionados e depois representá-los por meio de desenhos ou textos sem os devidos redimensionamentos espaço-temporais e a reflexão contextualizada para a promoção da compreensão do aluno acerca do seu tempo e do tempo do outro, torna a atividade frágil em termos históricos. O processo de educação patrimonial em museus deve ser desenvolvido de forma educativa e não simplesmente instrutiva.

Além dos aspectos apresentados, há ainda a considerar o fato de que grande parte dos museus não dispõe de recursos humanos instrumentalizados a ponto de desenvolver propostas educativas consistentes. Dessa forma, os museus mostram-se desprovidos de materiais e metodologias próprias para atender a diferentes públicos e tornam limitada a sua contribuição ao conhecimento e preservação de memórias. É preciso que o museu esteja preparado para

a promoção de diálogos entre visitantes e entre estes e os monitores da instituição. Para que atividades de reflexão façam parte desse cenário, é necessária a preparação dos monitores por meio de leituras, reunião de discussões de textos e mesmo palestras ou aulas para estes, ministradas por especialistas na temática do museu ou das coleções expostas. As reuniões precisam extrapolar a pauta das discussões acerca dos problemas pontuais das exposições para discutir a formação dos monitores. São as ações destes, em grande parte, que põem o museu em movimento. Em outros termos, é preciso ir além da superficialidade das visitas guiadas e dos breves momentos de contemplação que estas geram e entender ação educativa como prática interativa promotora de diferentes possibilidades interpretativas.

No que se refere às relações entre museu e escola e mais, especificamente, com o conhecimento histórico, é importante atentar para as particularidades das instituições escolares (materiais e humanas). Estas podem tornar-se também obstáculos ao planejamento do docente de História que busca integrar ao processo ensino-aprendizagem que coordena ações educativas em museu. Durante o desenvolvimento de atividades junto a um museu, e, portanto, em termos mais específicos de metodologia do trabalho com tais instituições, a grande questão para os professores de História, por sua vez, é como transformar os objetos de museu em fontes de conhecimento histórico. Bittencourt (2004, p. 356-357) lembra que

Especialistas da área destacam a importância de esclarecer os alunos sobre o que é um museu e sobre seu papel na constituição da memória social, sendo fundamental, nessa iniciativa, mostrar que tipos de objetos são ali preservados e expostos, a fim de oferecer uma compreensão do que seja “uma peça de museu”.

Nesse aspecto, tanto o professor quanto o próprio museu tem um papel a cumprir. O professor precisa preparar seus alunos para a visita, tanto em termos de conteúdo quanto na forma de observação da exposição, visto que “não basta visitar uma exposição museológica para que ocorra um processo educativo: é preciso compreender as mensagens propostas pela exposição e construir novas significações a partir delas”, como lembram Almeida e Vasconcelos,

apud Bittencourt (1998, p. 104). Os profissionais do museu devem se preocupar para que os objetos estejam reunidos, a fim de produzirem um discurso museográfico inteligível para qualquer tipo de público, por meio dos documentos materiais ali apresentados. Além disso, é importante registrar que o professor precisa atentar para a definição das atividades e a escolha do museu com o qual trabalhará, pois nem todos os museus estão organizados ou possuem pessoal suficiente e especializado para o atendimento de um grande público escolar de Educação Básica.

Ao buscar mudanças nesse quadro, alguns museus têm promovido ações que visam estabelecer integração com a comunidade e é, dessa forma, que um dos caminhos privilegiados, nesse sentido, encontrados por tais instituições tem sido a escola⁴. Tal aproximação possibilita a promoção do conhecimento e da valorização do cotidiano da sociedade, tratados como patrimônio cultural. Ao mesmo tempo a relação entre museu e comunidade adquire sentido positivo, distanciando daquele que identificava museu como guardião de “coisas velhas”. Dessa maneira, fica evidente que todos os museus oferecem oportunidades para aprendizagem e a educação consiste em uma das suas funções centrais. O envolvimento e compromisso dos membros do museu no planejamento e na execução consistente e eficaz das suas atividades sem dúvida contribuirão para o constante aprimoramento das oportunidades de aprendizagem. Além disso,

Os tipos de programas educativos a serem implantados vão depender do tamanho dos museus, dos recursos financeiros, do quadro de pessoal, do tipo de acervo e dos públicos potenciais. No entanto, cada museu deve procurar maximizar a função educativa de seus acervos e atividades. Exposições e documentação de acervos, por exemplo, têm importante potencial educativo. Todos os funcionários podem desempenhar papéis relevantes na atuação educativa dos museus. (MUSEUMS AND GALLERIES, 2001, p. 17).

Mas ainda assim, se o museu não apresenta por meio das suas exposições discursos com características pedagógicas, o que sem dúvida facilitaria o trabalho do professor, não quer dizer que atividades educativas com o público de Educação Básica não sejam possíveis. Pode existir quem pense na impossibilidade de práticas escolares em museus tradicionais, devido às precárias condições de interatividade que propõem. No entanto, é necessário ter-se em mente que essa interatividade precisa ser entendida em um sentido alargado. Em outras palavras, pode-se dizer, por exemplo, que ler um quadro, uma pintura ou qualquer outra peça de museu e discutir sobre ela com o professor, o colega de turma ou o monitor da exposição museológica pode ser tão ou mais interativo quanto atividades de animação cultural como a reprodução de objetos do museu em cartazes ou com massas de modelar. O êxito das atividades dependerá em grande parte do conhecimento prévio do professor sobre a organização e o conteúdo do museu e de um consistente planejamento didático para trabalhar com seus alunos um método adequado de análise de objetos culturais.

Os museus são instituições comunicacionais e educativas. Transmitem mensagens. Educam por meio da sua cultura material. Possuem como traço comum a ação educativa, mesmo ao assumir uma postura tradicional no trato com o patrimônio. O professor precisa estar atento a tal postura do museu e considerá-la no momento de planejar suas atividades docentes que envolvam a observação e a investigação de objetos patrimoniais guardados em museus.

Em termos metodológicos, o princípio básico do método de investigação de objetos reside na observação livre e na observação dirigida. Com a observação pretende-se que o aluno aprenda a “ver”. A observação seguida da identificação das particularidades do objeto e descrição do mesmo possibilitará ao aluno condições de comparar objetos e assim elaborar síntese sobre o observado, a qual deverá buscar ir além do objeto em si mesmo, chegando a relacioná-lo ao contexto cultural ao qual pertence. Busca-se, assim, com essa possibilidade de ensino-apren-

⁴Como exemplo pode ser citado o *Museu do Homem Sergipano*, órgão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe, localizado em Aracaju-SE. Desde a sua constituição e até o presente momento, está presente no museu o “Projeto Museu Escola” que objetiva divulgar os resultados das pesquisas sobre Sergipe desenvolvidas na Universidade. Além da sua exposição permanente, “O homem sergipano”, são organizadas exposições temporárias que acompanham os programas escolares. Para tanto, a cada ano é elaborado um calendário de atividades distribuído às instituições de ensino. Os professores contam com atividades específicas em forma de cursos, oficinas, palestras, lançamento de livros etc., tendo em vista a ampliação da relação entre comunidade e museu.

dizagem em história, que os alunos tenham a oportunidade de discutir a utilização de fontes matérias para a pesquisa e também incentivar seu pensamento intuitivo, desenvolvendo assim habilidades de percepção necessárias para o processo de aprendizagem, como ver, ler, observar e comparar.

Para o bom aproveitamento dos trabalhos torna-se evidente a necessidade de elaboração de um roteiro de atividades pelo professor, o qual pode ser construído com base nas seguintes sugestões conforme Almeida e Vasconcelos apud Bittencourt (1998, p. 114): Definir os objetivos da visita; Selecionar o museu ou a exposição mais apropriada para o que se quer; Visitar o museu antes da visita com os alunos para se familiarizar; Verificar as atividades do museu e adaptá-las aos seus interesses de professor; Preparar os alunos com exercícios de observação, conteúdos e conceitos; Coordenar a visita caso não haja monitores no museu; Dar continuidade à visita na sala de aula; e, avaliar o processo educativo.

No que se refere às questões operacionais, o professor precisa estar atento à organização e periodicidade das exposições nos museus, posto que estas podem ser permanentes (acervo do próprio museu), temporárias (expostas durante curto período) ou periódicas (em geral, uma vez por ano). A escola e o professor devem acompanhar o calendário de eventos pelos meios de comunicação ou diretamente com as instituições, em conjunto com ações planejadas de ensino-aprendizagem, atentas a problemáticas, conceitos e práticas. É revendo questões, discutindo conceitos e possibilidades de trabalho que, continuamente, pode-se enfrentar os desafios que o exercício docente apresenta aos seus profissionais.

Além disso, ações educativas em museu visam desenvolver a capacidade de observação sensível, descrição sistemática e análise acerca dos objetos por parte dos alunos. As dificuldades de deslocamento dos alunos até um museu não é impedimento para que estes entrem em contato com objetos de exposição em museu.

Mostras em escolas e desenvolvimentos de oficinas nas instituições escolares, inclusive para professores, a exemplo do que já se faz dentro dos museus são vias facilitadoras de execução de ações educativas em museu. Nestas ações o público escolar precisa ser levado a se perceber a partir da realidade que observa e analisa, tendo que para isso, as ações extrapolarem a mera apresentação dos objetos preservados ou da demonstração de técnicas de restauração.

Em relação ao conhecimento histórico, é imprescindível ressaltar a contextualização dos acervos, e levar os alunos a perceberem os objetos expostos como documentos. O estímulo à capacidade de interação e à curiosidade dos visitantes, por meio da problematização dos objetos com relação a situações cotidianas contribui para envolver o público de todas as idades e de forma, inclusive, lúdica, na produção do seu próprio conhecimento.

Refletir sobre como as pessoas aprendem e constroem o seu conhecimento e como as ações educativas em patrimônio contribuem para tanto, levou aos museus a preocupação em organizar exposições de acordo com características do público. Busca-se por meio da interação que os observadores desenvolvam-se cognitivamente, apropriando-se e re-significando conhecimentos. Pressupostos que podem ser encontrados nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (BRASIL, 1998). Dessa maneira, pensar em educação patrimonial, ação educativa em museu e a relação entre museu, escola e ensino de História, exige clareza na definição do conceito de “educação” com o qual se trabalha.

Em termos específicos do museu, é relevante que por meio de seus integrantes sejam estabelecidas parcerias com outras instituições tendo em vista o intercâmbio de experiências em ações educativas. As associações são meios propiciadores da elevação da qualidade de tais ações que são em si frutos de práticas interdisciplinares e, portanto, de parcerias entre diferentes profissionais. As relações entre membros de instituições diversas pautam-se na busca por atingir objetivos comuns e similares, preservan-

⁵Com relação a políticas públicas, deve-se ressaltar que o Ministério da Cultura (MinC) por meio do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem desenvolvido uma política cultural para a área dos museus. São diversas as ações, desde a implantação, em maio de 2003, de uma Política Nacional de Museus: a criação do Sistema Brasileiro de Museus; a realização de Oficinas de Capacitação nas diversas áreas compreendidas pelo Museu, incluindo-se a ação educativa e cultural; e a instalação de um Observatório de Museus (em parceria com o Museu da Vida da Fundação Oswaldo Cruz). Lançou, ainda, em 2004, a MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia - para suprir, em parte, a carência com publicações especializadas no país.

do suas identidades. Na educação em museus as parcerias vêm ocorrendo com políticos/políticas públicas⁵, com patrocinadores e com “grupos de interesses”, por exemplo.

Na relação com as escolas, é preciso ressaltar que a definição e operacionalização da programação educativa não consistem em uma responsabilidade única e exclusiva do setor educativo do museu. É importante compreender que todas as ações museológicas requerem tratamento como ações educativas e comunicacionais, do contrário as diversas ações do museu esgotar-se-ão em si mesmas e, em última instância, serão responsáveis pela formatação do museu como um reservatório de “coisas”. Para que a ação educativa do museu seja elemento integrador entre seus profissionais e práticas, recomenda-se que:

- Reconheçam sua função educativa como fundamental.
- Apóiem programas educativos voltados para todos.
- Tenham uma política escrita sobre educação, que seja endossada pelo Conselho e seja parte integrante do plano diretor.
- Tenham um plano de trabalho por escrito com objetivos de curto e longo prazos.
- Delequem a responsabilidade pelos programas educativos a um profissional que participe da instância diretiva e que, idealmente, seja um especialista em educação em museus.
- Garantam que o pessoal receba treinamento, assessoria e outros tipos de apoio para que possam cumprir suas responsabilidades educacionais.
- Garantam que o Conselho apóie o papel educacional da instituição. (MUSEUMS AND GALLERIES, 2001, p. 22).

Ao seguir tais pressupostos, pode-se afirmar também como relevante para a manutenção e mesmo sobrevivência dos museus, a parceria entre estes e escolas. Em decorrência desta relação, garante-se, ao mesmo tempo, alta frequência nas visitas no presente e amplia-se para o futuro o público mantenedor dos museus, pois cativado durante seu processo de escolarização básica. Contudo, o êxito de tal parceria depende em grande medida das experiências dos docentes. É imprescindível que o professor conheça museus e tenha experimentado situações promotoras de uma educação patrimonial. Nesse sentido, as ações educativas do museu e

o planejamento docente necessitam orientar-se por diferentes meios comunicativos como técnicas pedagógicas, ou seja, devem promover efetiva interação entre os alunos e as exposições museológicas. Ação educativa, ação museológica e ação de comunicação passam a ser entendidas como sinônimos. Na parceria entre museu e escola, a educação torna-se meio para tratar o papel educativo do patrimônio cultural no museu e a função educativa de práticas museológicas em escolas. Dessa forma, trabalha-se, ao mesmo tempo, em prol da preservação do patrimônio cultural, põe-se em prática a chamada educação patrimonial, cria-se e preserva-se uma diversidade de espaços de memória. Tem-se assim, a possibilidade de promoção de condições reais para ir além de práticas escolares tradicionais.

Diante do exposto, fica evidente que mudanças teóricas e metodológicas são uma característica da história, mas também da museologia. Ao deixarem de ser representados como guardiões de velhos objetos, os museus passam a ser considerados espaços informativos e de reflexão sobre a realidade social e histórica e assim podem ser trabalhados como mais um recurso didático-pedagógico ao alcance dos professores. Para os docentes de história torna-se um meio privilegiado, em decorrência da natureza documental de seus acervos e das possibilidades de trabalho com as temporalidades em face do contato com eventos e sujeitos de diferentes épocas. A relação entre ação educativa em museus e ensino de História, considerada uma inovação para o ensino da disciplina, deve ir além do pitoresco e da superficialidade das técnicas. É importante que o professor esteja atento às implicações teóricas e metodológicas das ações docentes, e destas na relação com as ações museológicas.

Um último aspecto merece atenção. No processo de educação patrimonial em museu, é importante não buscar escolarizá-lo. A escola e o museu são espaços educativos, contudo, possuem diferentes propostas, rituais e códigos frutos das suas áreas de conhecimento originárias. O objeto, a relação com o público, a natureza das suas atividades, as relações com o tempo, a forma de trabalhar os conteúdos, os ritmos de duração das ações, são tantos exemplos que podem ser enumerados acerca das diferenças entre museu e escola. Tais diferenças longe de se constituírem em empecilhos à aprendizagem do público escolar, devem ser consideradas em

si já elementos de aprendizagem para os alunos.

A preocupação com a democratização de informações deve ser uma constante nos museus. No entanto, no trabalho com as escolas, é importante considerar também as experiências e planejamentos docentes, para que se evite que o professor e seus alunos tornem-se simples consumidores de objetos culturais, e que as ações no museu não se transformem em mera reprodução do que ocorre em sala de aula.

A definição dos objetivos das atividades, a seleção dos conteúdos que serão trabalhados, as escolhas acerca dos procedimentos metodológicos, o estabelecimento de parâmetros avaliativos, a definição do papel do docente e de outros integrantes das ações, refletem as opções teóricas do professor. No que se refere ao processo ensino-aprendizagem da História, é importante que o professor perceba que os pressupostos pedagógicos e históricos que adota interferem no ensino que ministra. No que concerne ao planejamento de ações educativas em museus, é importante que o docente reflita sobre tais aspectos e opte, conscientemente, em relação aos referenciais teóricos presentes em suas práticas. Finalizando e tendo em mente a relação entre o tempo, o patrimônio e a história, é importante salientar que a experiência da participação em ações educativas em museu precisa ser marcada pelo tempo flexível, relativo, individual de quem observa. É preciso esquecer, portanto, dos toques marcados pelo relógio, como faz lembrar a sirene da escola ao final de cada tempo de aula. É necessário tempo para observar, ler, descrever, questionar, problematizar, dialogar, sentir, comentar e sintetizar. O museu constitui-se em um espaço educativo, mas não desenvolve educação formal. A compreensão dos seus ritos e ritmos deve ser considerada como elemento de aprendizagem cultural. Por meio do método de investigação de objetos tomando por base os princípios de uma educação patrimonial pode-se contribuir para uma melhor apropriação do conhecimento histórico, ao possibilitar ao público escolar e não-escolar leituras e discussões acerca de documentos diversos relativos a determinados sujeitos e eventos. Sob orientação do professor de História ou de monitores entendidos como promotores de diálogos, os indivíduos em suas vivências no museu podem melhor desenvolver a percepção de si enquanto sujeitos conscientes de seu lugar

na sociedade.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto: 1998.

_____. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: história - 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC/SEB, 1998.

CARDOSO, C. F. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HOBSBAWM, E. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

LARA, S. H. História, memória e museu. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 200, p. 99-111, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. **Educação em museus**. Tradução Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: USP, Fundação Vitae, 2001. (Série Museologia, 3).

SUANO, M. **O que é um museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos, 182).